

OS ÍNDIOS DO RIO TIQUIÉ E O PROJETO CALHA NORTE

Berta G. Ribeiro
Museu do Índio, FUNAI
Bolsista do CNPq

O presente relatório baseia-se em dados recolhidos no decorrer de uma pesquisa etnológica efetuada entre três grupos indígenas - Tukâno, Desâna e Hohodene - respectivamente, dos rios Uaupês, Tiquié e Aiari, de agosto a novembro de 1978 e, na continuação da mesma junto a um grupo Desâna do rio Tiquié (afluente do Uaupês, tributário por sua vez do alto rio Negro) entre novembro de 1985 e janeiro de 1986. Nessa época, já se explorava ouro na Serra de Traíra (área do rio Tiquié) e no rio Içana, mas nada se sabia sobre o projeto Calha Norte. Não tendo retornado à área, desde então, desconheço a opinião dos índios sobre esse projeto, bem como a dos padres salesianos que os assistem. Nenhum funcionário da FUNAI reside no rio Tiquié. A ajudância sediada em São Gabriel da Cachoeira presta, eventualmente, alguma assistência aos índios de todo o alto rio Negro.

Divido esta comunicação em seis partes. A primeira, oferece dados históricos e, sobretudo, etnográficos, sobre a área cultural do alto rio Negro, a que pertence a região em foco, do rio Tiquié. A segunda e a terceira focalizam a economia tradicional de subsistência indígena: a da mandioca e a da pesca, que revelam um conhecimento e uma adaptação admirável a uma região de terra firme, extremamente pobre mesmo em termos amazônicos. A quarta versa sobre a economia paralela ao modo de produção tradicional dos índios do rio, em função do contato com o branco. Ela lhes permitiu auferir parcos proventos para a satisfação de necessidades tornadas indispensáveis. Na quinta e sexta partes discuto a situação atual criada com a descoberta do ouro e os prováveis efeitos que essa riqueza e, mais ainda, a implementação do Projeto Calha Norte terão sobre a sobrevivência dos grupos indígenas da região.

Seguem-se dois mapas: a localização das aldeias indígenas do rio Tiquié e seus afluentes e a da jazida de ouro na Serra de Traíra. E, finalmente, a relação das aldeias e das tribos que as habitam com um cálculo aproximado da população de cada uma delas, obtido na Missão Salesiana de Pari-Cachoeira para 1985.

1. Introdução histórica e etnográfica

Nos altos afluentes do rio Negro - Içana, Uaupês e seus tributários, Papuri e Tiquié - pode-se distinguir, historicamente, três estratos culturais indígenas que foram ocupando, sucessivamente, a área e se miscegenando biológica e culturalmente. O primeiro estrato teria sido formado por uma cultura rudimentar que desconhecia a lavoura e a navegação. É representada hoje pelos grupos Maku, que habitam os interflúvios, em plena floresta. O segundo estrato seria representado por uma das culturas mais desenvolvidas da floresta tropical, que tinha uma vida sedentária, ocupando a margem dos grandes rios e igarapês navegáveis. Teria vindo do norte, em sucessivas ondas migratórias. A mais importante delas seria constituída por grupos indígenas pertencentes ao tronco lingüístico aruak. Entre outros, os Pasé, Manaô, Baré - hoje extintos como grupos tribais - os Warekena (tupinizados), Tariâna e os Baniwa. A esse estrato incorporou-se uma segunda onda migratória, vinda do oeste, tukâno falantes, que ocupou o Uaupês, desalojando os aruak e "tukanizando-os" lingüística e culturalmente, hoje predominante.

A migração aruak se comprova pelo fato de persistirem grupos desse tronco lingüístico no Orinoco e seus tributários, onde os Baniwa, do rio Içana, vão constantemente visitar parentes. Evidencia-o, também, o fato dos topônimos mais importantes serem originários dessa língua. Por exemplo, Cassiquiari, Orinoco, Caiari (antiga designação do Uaupês), Aiari, Papuri, Inírida, Cuduiari, Tiquié, entre outros.

A origem ocidental dos Tukâno se evidencia pela existência de grupos da mesma família lingüística, chamados Tukâno ocidentais, nos rios Napo e Putumayo, na Colômbia e Equador. Acredita-se que alguns elementos culturais dos Tukâno aproximam-nos das culturas andinas. Entre outros, a divisão em clãs hierarquizados.

Ao iniciar-se a colonização portuguesa na Amazônia, no século XVII, os populosos grupos indígenas do baixo rio Negro são arrebanhados pelas famigeradas expedições de "resgate" e "descimento". Dessa forma, índios de diversas origens foram destribalizados e aculturados lingüisticamente ao nheengatu - o tupi do Amazonas ou língua geral - introduzido pelas Missões católicas, superado, depois, pelo português. Ainda hoje, no baixo Içana e em São Gabriel, fala-se a "língua geral" no âmbito familiar.

Engajados compulsoriamente nos trabalhos agrícolas e domésticos, na coleta das drogas da mata, nas fainas da navegação e de obras públicas, deveu-se a eles - os chamados "índios domesticados" - a construção de cidades como Barcelos - antiga aldeia Mariuã dos índios Manaô - de Manaus e de Belém.

A primeira missão religiosa instalada no rio Uaupês data de 1852. Foi fundada pelo padre carmelita Gregório. Em 1914, a catequese dos índios do Içana e do Uaupês foi entregue pelo Vaticano à Congregação Salesiana de São João Bosco. A sede, junto à cachoeira de Iauaretê, no médio Uaupês, começou a ser erguida em 1928. Mais tarde foram construídas

as de Taracua, no baixo Uaupés, Caraca poço, no rio Içana, Pari-cachoeira, no rio Tiquiê.

A ação missionária instrumentou os índios a enfrentar a sociedade nacional através da escolarização que chega, em alguns casos, até o segundo grau, ministrado na escola da Missão Salesiana de São Gabriel. Considera-se, por isso, que o nível de escolaridade dos índios do Uaupés é o mais alto do interior do Amazonas. A Missão exerce uma tutela que tem freado a exploração dos índios em trabalhos subalternos no Brasil e na Colômbia, bem como a extorsão por parte de negociantes inescrupulosos. E oferece-lhes assistência médica nos hospitais mantidos nas sedes dos três rios.

Pese esse aspecto positivo da ação missionária, a intolerância religiosa que prevaleceu no início da catequese foi altamente deletéria. Deixou pouco espaço à manutenção de suas tradições ancestrais. A própria destruição da maloca - unidade econômica e centro cerimonial de um clã - contribuiu não só para afrouxar os laços de convívio entre seus membros, como para impossibilitar a realização dos ritos.

Característica assinalável no plano da organização sócio-política é o sistema de hierarquização, fundamentado nos enredos míticos. Segundo esse sistema, existe uma prevalência hierárquica de tribos e de clãs dentro de uma mesma tribo. A hierarquização começa dentro do grupo doméstico, em que se distingue sempre o irmão mais velho dos mais novos, cabendo a ele a sucessão na chefia do grupo local. Essa hierarquização se estende até a localização espacial no território tribal, segundo a qual, cabe aos grupos de mais alta hierarquia os locais mais piscosos (junto às cachoeiras e igapós) e as terras mais férteis. E é mais acentuada em relação aos índios Maku, sobre os quais, os índios do rio, os grupos Tukâno, mantinham, até há pouco, relações de suzerania e simbiose. Os Maku forneciam produtos da mata - caça, frutos, matéria-prima para adornos - bem como sarabatana, curare e o cesto-cargueiro de cipó utilizado no transporte terrestre.

O sistema de especialização artesanal e de trocas intertribais também vigora entre as tribos do rio. Ele funciona como um mecanismo de homogeneização cultural, reciprocidade e dependência mútua. O ralador, indispensável ao processamento da mandioca, é feito exclusivamente pelos grupos Baníwa, em cujo território - serra de Tunuí no rio Içana - se localiza a jazida de que se extraem as pedrinhas com que é endentado. O banco é o artefato-símbolo e monopólio exclusivo dos Tukâno. As máscaras de líber são feitas unicamente pelos Kobêwa e Wanâna. Determinados tipos de cestos também são, em certa medida, especialidade de certas tribos. Quem fez primeiro - e faz melhor até hoje - as canoas, são os Tuyúka e Barasâna. Alguns desses objetos estão ligados a um simbolismo hierárquico; outros são artefatos utilitários indispensáveis às tarefas da subsistência.

Ainda no plano da organização sócio-política destaca-se a figura do pajê, que exerce principalmente funções de cura; do kumu (sábio, vidente), que domina ritos propiciatórios de crescimento das crianças, de iniciação masculina e feminina à vida adulta, de previsão e prevenção de malefícios. E a do bayã, definido como mestre do canto e do cerimonial, acumulando as funções de dono de maloca - atual chefe de um povoado -, cuja investidura é hereditária. Hoje em dia, essas categorias em destaque da organização social foram substituídas pelas de catequista, animador do trabalho em mutirão, dirigente eleito da cooperativa indígena e, ainda, a do professor, todos eles agentes da mudança aculturativa.

2. A cultura da mandioca

Toda a região banhada pelo alto rio Negro é de terras muito pobres. Os Desâna classificam-nas segundo a composição do solo, as principais árvores que nelas crescem e se são ou não sujeitas a inundações no período das cheias. Os biótopos mais importantes são: terra firme, caatinga, igapô e manguezal.

Só se pode plantar mandioca (e algumas outras plantas) em terra firme. Os Desâna reconhecem o tipo de terra firme examinando o solo, sem levar em conta as árvores. Discriminam-na em quatro tipos principais e alguns subtipos: 1) terra firme arenosa (comum e preta); 2) terra firme argilosa (comum e preta); 3) terra firme amarela, piçarrenta, melhor para a horticultura, porém mais rara; 4) terra argilosa, úmida e frouxa, também de qualidade superior para as fainas agrícolas, mas que só existe em pequenas extensões no rio Tiquié.

Em outubro, quando começa o ciclo econômico dos índios do rio Tiquié, efetua-se a erradicação da macega e a derrubada das árvores para a abertura de roças. Surgem no céu quatro constelações, segundo as observações dos Desâna. Elas assinalam a precipitação de chuvas que têm os mesmos nomes dados às constelações.

Em janeiro começa o verão do abiu que dura cinco dias. É quando essa fruta deixa de produzir. Segue-se o verão do ingã, também assinalado pelo término da safra dessa fruta de vagem comprida. Esse verão dura no mínimo 8 dias e 15 no máximo. Nesse curto período, em que pára de chover, queima-se a roça aberta em mata virgem em outubro, ou seja, três meses antes. É preciso que haja ao menos 7 dias de sol forte para que se possa queimar a madeira abatida. Planta-se em seguida.

Em meados de março ou início de abril começa outro verão chamado "verão da pupunha". Dura uma a duas semanas, da mesma forma que o verão do ingã. Nessa época queima-se as roças cuja mata foi derrubada em novembro ou dezembro. Quem derruba a capoeira em janeiro, também costuma queimá-la nesse período.

Maior marca o início de pesadas chuvas torrenciais ininterruptas, que acarretam a subida das águas dos rios. Essas chuvas são anunciadas por

constelações. A que aparece em maio, permite que se faça a derrubada da capoeira a ser queimada num veranico de três dias que tem lugar no mês de junho. Essa capoeira é derrubada principalmente para plantar milho. Plantado nessa época, o milho vinga.

Em agosto começa-se a roçar o terreno de mata virgem onde se deseja abrir uma roça nova. Roça-se também as capoeiras, que podem ser derrubadas quase em seguida, porque cobertas de árvores de menor porte.

Em setembro cai uma chuva chamada pelos Desâna "garça, enchente". É quando surge a constelação do mesmo nome. Ao término dessa chuva ocorre um verão de cinco dias. A partir de então começam chuvas intermitentes, voltando a subir o nível das águas. Quem não queimou a roça até essa época, em terreno de capoeira, perde a derrubada, porque a macega começa a crescer e não ocorrem mais dias seguidos de sol para fazer a queima.

A roça é geralmente circular, mas também pode ser retangular. Derruba-se, primeiro, os paus menores do círculo, depois se roça o mato baixo. Todos os membros da família participam: homens, mulheres e crianças acima dos 12 anos. Roçam 100 m quadrados, ou um círculo equivalente. Leva dois dias para fazer esse serviço, usando-se somente o terçado.

A derrubada das árvores mais altas com machado é trabalho exclusivamente masculino. Às vezes convoca-se um mutirão da aldeia e se serve um caxiri, bebida fermentada feita à base de mandioca. A queima ocorre três meses mais tarde. Planta-se em seguida sem esperar a chuva.

Quando a roça não é bem queimada, volta-se a coivará-la quando a maniva ainda está baixa. Arranca-se o capim, quebram-se e se amontoam os galhos e faz-se uma fogueira. Planta-se cará, batata doce, batatinha para caxiri no lugar da queimada. A cinza e o carvão adubam a terra. Na roça planta-se também pimenta e algumas árvores frutíferas: pupunha, abiu, ingã, abacate, caju, além de abacaxi e, em alguns tipos de solo, melancia.

Geralmente uma família explora quatro roças ao mesmo tempo. Necessariamente se derruba uma roça em mata virgem por ano. Passados oito meses, pode-se começar a colher a mandioca dessa roça. Em roça de mata virgem cresce menos capim. Contudo, um mês depois de plantar é preciso roçar porque o toco fica brotando. A capinação leva uma semana se feita diariamente. A roça nova pode ser replantada uma única vez. A partir do segundo ano, a terra se exaure, a macega invade a roça e não vale mais a pena plantar. Só é possível fazê-lo passados quatro anos.

As outras três roças são plantadas em capoeiras. Derruba-se o mato - mais baixo - que leva dois meses para secar. Queima-se e se planta. A mandioca plantada em capoeira leva 6 meses para dar e um ano para ser consumida. Mas é preciso roçá-la seguidamente e, às vezes, coivadar quatro ou cinco vezes, se não for bem queimada.

Os índios do alto rio Negro plantam apenas a mandioca brava. A macaxeira quase não vinga nessas terras ácidas, arenosas e argilosas. Conhe-

cem e cultivam mais de uma centena de cultivares (ou variedades) de mandioca brava. As mulheres, agricultoras por excelência, selecionam os cultivares segundo o tamanho do tubérculo, a facilidade maior de descascá-lo e ralá-lo e o teor de amido que contém. O casamento exogâmico - outra característica marcante nessa área cultural indígena - faz com que as mulheres se espalhem por diversas tribos e troquem entre si variedades de mandioca e experiências de cultivo.

Calcula-se que, de 90 kg de raízes de mandioca se extraem 24 kg de farinha, ou seja, um paneiro, 6 kg de tapioca e 6 litros de manicuera. É o sumo venenoso (ácido cianídrico) da mandioca brava que volatiliza quando cozido. Entre os Desâna e Tukâno produzem-se 7 qualidades de beiju, 5 tipos de farinha, 7 bebidas não fermentadas à base da manicuera e 8 qualidades de caxiri, também com base nesse suco venenoso, tornado alimentício, extraído da mandioca brava.

A mandioca apresenta outras vantagens, além das assinaladas. Seu rendimento é bastante grande por unidade de terreno, uma vez que as manivas podem ser cultivadas próximas umas às outras, à razão de 10 mil pés por hectare. Outra vantagem do cultivo de tubérculos, como a mandioca, quando comparado com grãos, como o milho, é que a mandioca é pouco suscetível às pragas e cresce em solos pouco férteis como os amazônicos. Não exige a queima e limpeza total do terreno e seu rendimento por unidade/trabalho e unidade/área, bem como seu componente calorífico é mais alto que o do milho. Não obstante seu baixo teor proteico, as populações indígenas, cuja razão alimentar é baseada em cerca de 80 a 85% na mandioca, apresentam vigor físico e nenhuma doença carencial.

Outra planta de grande importância na dieta alimentar dos índios do alto rio Negro é a pimenta. Nas aldeias, junto às casas, e nas roças planta-se 14 espécies diferentes. Toda comida de sal leva pimenta. Beiju e quinhapira - aferventado de caldo de peixe com sal e pimenta - são os alimentos mais constantes. A pimenta tempera também as comidas à base de saúvas e larvas de borboletas.

3. A tecnologia pesqueira

A semelhança do solo da microregião do alto rio Negro, o seu sistema hidrográfico também se ressentido de extrema acidez. As águas pretas são quimicamente pobres em sais solúveis e sua coloração marrom acobreada ou da cor do café impede a penetração do espectro da luz solar necessário à fotossíntese. Inexiste plancton, ou plantas flutuantes, de que os peixes possam alimentar-se. Muitas espécies se alimentam diretamente de folhas, sementes, frutos ou insetos terrestres. Por isso, os índios jamais derrubam a mata ciliar convencidos de que a fauna aquática se extinguiria inevitavelmente. As grandes cachoeiras, como a de Urubuquara, Ipanoré e outras, no rio Uaupés,

são barreiras naturais que impedem a subida de grandes peixes, como o pirarucu, o tambaqui e outros.

A pobreza da fauna ictiológica e os referidos hábitos alimentares dos peixes determinaram o desenvolvimento de uma elaborada tecnologia pesqueira, através do uso de cestos-armadilhas e outras técnicas refinadas. Embora cristalinas, as águas pretas, em virtude de sua menor transparência, dificultam a pesca com arco-e-flecha e com arpão. A movimentação e as cheias prolongadas dos grandes rios impossibilitam a pesca com timbô - uma planta sapotácea que tonteia os peixes, fazendo-os subir à tona d'água - exceto durante a vasante nos igarapês, lagos e algumas enseadas de igapós.

A escassês de peixe nos altos cursos dos rios e nos igarapês, bem como a hierarquização interna das sociedades indígenas da região, devem ter contribuído para o estabelecimento de locais de propriedade, transmitidos hereditariamente, onde são colocadas as armadilhas para a captura de peixes, tais como, os caiás, cacuris, matapis (designações em língua geral, correntes em todo a região do rio Negro) e outras de nomes tribais. Os locais mais piscosos, alguns dos quais, de desova de certos peixes, são possuídos pelo membro mais idoso de uma patrilinearidade que controla o acesso ao resultado da captura.

Ao modo de entender dos Desâna, as constelações assinalam a intermitência de chuvas e estiagens. A derrubada e queima das roças, as piracemas - migração de cardumes de certas espécies de peixes para a desova - a periodicidade da subida de cardumes, não em desova, e as safras de certos invertebrados (formigas e larvas de borboletas) comestíveis associam-se, estritamente, a essas mudanças climáticas.

Ao tornar-se nítida a constelação chamada pelos Desâna "rabo da jararaca" (a cauda da constelação do escorpião), no mês de novembro, desaba uma chuva que se prolonga até o mês seguinte, quando ocorre a primeira piracema de aracus e outros peixes.

Em janeiro, durante o verão do ingã, marcado pelo término da safra dessa fruta, e que se prolonga por cerca de 15 dias, tem lugar o preparo e a colocação das armadilhas permanentes - caiás e cacuris - bem como a confecção dos jererês. Todas elas devem ser constantemente reparadas.

Em fevereiro desaba outra chuva, denominada tatu, conforme a constelação que a anuncia. No decorrer dessa chuva ocorre a segunda piracema de aracus e outros peixes, maior que a primeira. Ao cabo do verão da pupunha - término da safra do coco dessa palmeira - surge a constelação do "camarão" (na nomenclatura Desâna). Cai outra chuva que anuncia a terceira piracema de aracus e outros peixes. Na segunda quinzena de abril termina o ciclo das piracemas.

Durante essas migrações procriativas é que mais se pesca. Os peixes maiores, como o aracu, o surubim, o mandubê, o mandi, também caem

nas armadilhas permanentes. A mais importante delas é o cacuri, enorme cesto triangular com uma fenda no centro que dá passagem ao peixe para o curral onde é capturado. Por suas dimensões pode servir de viveiro de peixes, consumidos à medida das necessidades.

Nas estiagens mais prolongadas, quando as águas descem de nível, se fazem tingüijadas. Para isso coloca-se uma grande barragem - pari, em língua geral - cercando o paranã, o lago, as enseadas dos igapós e os igarapés. A partir de setembro o rio baixa de nível e termina o alagamento dos igapós, reiniciando-se o ciclo.

De um modo geral, a pescaria - exceto a tingüijada - é uma atividade individual. As crianças de sexo masculino acompanham os pais para, dessa forma, aprender as técnicas de pesca, isto é, a reconhecer os peixes, seus hábitos, ciclo reprodutivo, migrações e os locais onde encontrá-los.

A elaborada tecnologia pesqueira dos índios das águas pretas se explica pela exigüidade de peixe na região devido aos fatores ecológicos apontados. Atualmente, com o uso de malhadeiras, introduzidas no rio Tiquié em 1979, as piracemas e a migração de cardumes vão se tornando cada vez mais raros. Os peixes são pegos nas malhadeiras antes de atingirem a idade adulta, não chegando a procriar. Em função disso, adquire-se peixe seco de São Gabriel e até de Manaus.

Importante fonte de proteína animal é, ainda hoje, para os índios do rio Tiquié, a coleta de saúva e de larvas ^{de borboletas} que comem as folhas do cunuri, jatobá, ingã e da acariquara. A maturação desses invertebrados comestíveis ocorre entre julho e setembro, com maior concentração no mês de agosto. A detalhada classificação e taxonomia das diversas espécies demonstra o profundo conhecimento que os índios têm desses invertebrados e sua importância na dieta alimentar.

4. A economia do contato

Após o contato com o branco, desencadeou-se um processo de desintegração da cultura indígena e uma assimilação calamitosa para as primeiras gerações que a experimentaram. A necessidade de obter ferramentas, sal, fósforos, panos e outros produtos industriais, obrigou os índios do alto rio Negro a vender sua força de trabalho ou produzir excedentes de farinha de mandioca. Em consequência, desenvolveu-se uma economia paralela ao modo de produção indígena para a subsistência.

Nas primeiras décadas do século XX, os alto rio-negrinos engajaram-se na coleta da piaçaba, da castanha e da balata no baixo rio ou na Colômbia. Seguiu-se um período em que exploravam a sorva em seu próprio território. Para uso próprio - o acabamento de certos artefatos - os índios não derrubavam a árvore. Sangravam-na, aparando o látex com uma cuia. Começou-se a explorar a sorva, no rio Tiquié, derrubando as árvores, em 1964. Na mesma época, deu-se início à comercialização do cipó titica

para fazer vassouras. Este durou até 1979. A sorva terminou antes. Atualmente, só na área habitada pelos Maku, no interior da mata, encontra-se cipó titica. A desenfreada exploração mercantil desse cipó ameaça a extinção da espécie no alto rio Negro. Trata-se de uma matéria-prima indispensável à feitura dos cestos-cargueiros - os aturás - monopólio dos índios Maku, dentro da especialização artesanal vigente na área. Houve também um período de caça à lontra, igualmente extinta ou afugentada do rio Tiquiê.

Desde o primeiro contato com os brancos, os índios eram tidos como "farinheiros". A farinha de mandioca continua sendo objeto de comércio pelos regatões, mas seu processamento manual, custoso e demorado, praticamente não compensa a produção para a venda. Em janeiro de 1986, o pai-neiro de farinha, de 24 kg. era vendido a cr\$50.000 (atuais 50 cruzados), equivalente a meia grama de ouro na época. Os comerciantes do rio também adquirem dos índios galinhas, cachos de bananas e laranjas produzidas nas aldeias.

A partir de 1972, a Missão Salesiana de Pari-Cachoeira passou a incentivar a produção de artesanato para a venda. O ano de 1978 marca o auge da produção artesanal para o mercado externo. Na divisão tradicional do trabalho entre os sexos, a maior parte da atividade artesanal é atributo masculino. Como os objetos trançados - tarefa masculina - encontram maior colocação no mercado externo e são mais fáceis de transportar, até para o exterior, coube aos homens uma parcela mais significativa na produção artesanal para a venda. Incentivados pela FUNAI e pela Missão Salesiana, rapazes, homens maduros e velhos, dispendiam a maior parte do seu tempo nesse trabalho.

O êxito alcançado com a venda de cestos, embora igualmente mal pagos, fez com que os índios inventassem novas formas e novos desenhos. Até mesmo nomes eram trançados nos urutus. O artesanato masculino e feminino, adaptado ao gosto do comprador alienígena, passou a ser matéria obrigatória no currículo das escolas da Missão. Cada povoado tinha um animador de artesanato e também das roças coletivas para produzir farinha para a venda. No "clubes das mães", a maioria das mulheres da aldeia se reunia uma vez por semana para fiar tucum e tecê-lo. Teares foram instalados nesses clubes, assim como nas escolas das sedes das Missões, para a tecitura de redes batidas, tapetes, bolsas, etc.. E também para a produção de cerâmica - panelas, pratos, apitos de barro imitando a forma de frutos - que as alunas aprendiam a fazer nas escolas da Missão. Foi dado também um uso comercial a esteirinhas emplumadas com motivos amazônicos, vendidas pela Missão como adornos de parede.

A exploração comercial do artesanato, da farinha, da sorva e do cipó titica deu lugar à criação de cooperativas indígenas junto às Missões Salesianas de Iauareté e Pari-Cachoeira. Esta última, denominada União Familiar Animadora Cristã (UFAC), que funcionou no rio Tiquiê, se manteve por mais tempo. Adquiriu um batelão e fazia o comércio entre São

Gabriel e a última povoação na fronteira com a Colômbia. Acabou falindo por inexperiência e má administração. Alguns índios também faziam - e ainda fazem - esse comércio por conta própria, comprando e vendendo a exemplo dos tradicionais regatões.

Mas o ciclo do artesanato, como forma de angariar um pagamento em dinheiro, praticamente se encerrou, ao menos nos rios Tiquié e Içana, depois da descoberta do ouro. Comparado ao valor do ouro ele não rende nada.

Um efêmero surto de prosperidade, que beneficiou muito poucos índios, ocorreu quando o governo da Colômbia fez vista grossa à produção de coca em seu território, entre 1982 e 1984. Alguns rapazes se deslocaram àquele país onde passaram a cultivar a coca.

5. A descoberta do ouro

O ano de 1985 marca uma mudança radical na vida dos índios do rio Tiquié com a descoberta de ouro na serra de Traíra (ver mapa). Essa área era ocupada tradicionalmente por bandos seminômades de índios Maku.

A AUCIRT (Associação da União das Comunidades Indígenas do rio Tiquié), que substituiu a antiga UFAC (União Familiar Animadora Cristã) como órgão representativo das comunidades indígenas, decidiu organizar a exploração do garimpo da Serra de Traíra. Cada família que vai ao garimpo, constituída, geralmente, de um grupo de irmãos e parentes afins, comunica à AUCIRT sua decisão de garimpar. Os índios que vivem no rio Tiquié não precisam de autorização especial. Mas convencionou-se que cada grupo familiar fica um mês garimpando e depois volta para cuidar da roça e também ceder o lugar aos demais. Vão ao garimpo como quem vai ao Banco buscar o dinheiro de que ~~carece~~ num momento dado.

Os índios que vivem nos locais onde não foi encontrado ouro - Uaupés e baixo Tiquié - estes últimos sob a jurisdição da Missão Salesiana de Taracuá, necessitam de uma autorização especial da AUCIRT. Feita a triagem, recomenda-se que sua permanência no garimpo não ultrapasse um mês.

A viagem até o garimpo, partindo do médio Tiquié, se faz descendo o rio até o igarapé Castanha. Sobem-se então esse igarapé até a povoação chamada Peneira (atualmente São Joaquim) onde vivem 9 famílias de índios Maku. Em canoa a remo, essa viagem leva 3 dias. A partir daí, o acesso só é possível por um varadouro, numa caminhada que dura 4 a 5 dias. Tanto o homem como a mulher levam uma carga de 60 kg nas costas composta de: enxada, terçado, picareta, bateia, caixa-peneira, lona para a barraca, rancho de farinha, enlatados, arroz, feijão, charque, rede de dormir, implementos de pesca e haveres pessoais. Às vezes é preciso deixar parte da carga e retornar para buscá-la.

Um menino garimpeiro, de 14 anos, contou que, na ida, tendo terminado a farinha e demais provisões que seus companheiros levaram, passaram

três dias sem comer. Ele e os demais pegaram malária que os prostrou durante duas semanas. Ainda assim, em um mês de trabalho, conseguiu amealhar 38 gramas de ouro, o suficiente para manter-se durante um ano como aluno externo da escola da Missão em Pari-cachoeira.

A exploração do ouro na área do Tiquié iniciou-se no igarapé Ira. Esgotado este, foi descoberto o da Serra de Traíra. Em janeiro de 1986 estavam sendo exploradas três grotas. Consta que existem outras 15 a explorar. Cada índio recebe um quadrado de quatro metros. Se tiver sorte, encontra ouro em maior ou menor quantidade nesse sítio.

A maioria dos jovens do rio Tiquié esteve uma ou mais vezes no garimpo. Alguns ganham uma fábula se se considera o que receberiam com a venda de farinha ou artesanato. Em dezembro de 1985, encontravam-se 400 índios na Serra de Traíra. Mas os dirigentes do garimpo queriam que viessem até 3.000 para caracterizar a ocupação da área e não ceder o espaço econômico que conquistaram à custa de tanto sacrifício. Isto é, querem mostrar que são capazes, por si próprios, de explorar suas riquezas. Até índios Maku, pouco aculturados, têm ido ao garimpo.

Como se vê, ao contrário das relações de trabalho semi-escravas prevalentes durante os sucessivos ciclos de economia extrativista, os índios vêm adquirindo um controle maior sobre a produção e comercialização do ouro. Ou seja, ela vem sendo feita com a participação e em benefício do índio.

Em janeiro de 1986, a administração do garimpo - a cargo de dois índios Tuyúka, Emílio Prado e Higino Tenório, e um Tukano, Cláudio Barreto - mandou abrir um campo de pouso para a descida de helicóptero e de paraquedistas. Almejavam que o Exército obstasse a invasão maciça de garimpeiros brancos, tida como uma ameaça constante. O acampamento foi dotado de um gerador de eletricidade, de um centro comunitário, onde se celebravam pregações religiosas aos domingos, e estava em curso a abertura de uma grande roça coletiva. Isto porque, a aquisição de mantimentos, indispensável ao trabalho de garimpagem, ainda está fora do controle dos índios. Em dezembro de 1985, uma lata de sardinha - vendida pelos regatões do rio Tiquié a 5 mil cruzeiros (cinco cruzados) - custava uma grama de ouro, ou seja, 20 vezes mais. Um quilo de farinha só podia ser adquirido pelo equivalente a 5 gramas de ouro, isto é, 500 mil cruzeiros.

A localidade mais próxima, Vila Bittencourt, de onde poderiam vir as provisões necessárias, dista um mês de viagem em canoa a remo da Serra de Traíra. Devido a isso, as autoridades indígenas do garimpo compraram uma voadeira com motor de popa que faz o percurso em uma semana. Foi também instituída uma vigilância permanente no porto de acesso ao varadouro, no igarapé Castanho. O encarregado de fazer o controle das pessoas que se dirigem ao garimpo é revezado semanalmente e recebe 15 gramas de ouro por esse serviço.

A tensão do ouro culminou com a morte de quatro garimpeiros brancos

em outubro de 1985. Um deles, criminoso confesso, implantou o terror no garimpo junto com seus asseclas. Trabalhavam armados e impediam o acesso aos índios das grotas mais produtivas.

Na mesma época, outro crime envolveu garimpeiros peões - como são chamados regionalmente os faiscadores avulsos - e capangas da Mineradora Paranapanema, que explora o ouro numa área que se estende desde a região aurífera ocupada pelos índios até a cachoeira de Andorinha, próxima à Vila Bittencourt, na fronteira com a Colômbia. Trata-se de terra indígena ainda não demarcada. Mas os líderes do rio Tiquiê têm evitado atritos com a poderosa mineradora.

Com a posse do novo prefeito de São Gabriel, do Partido da Frente Liberal, aumentou a tensão, uma vez que, na sua plataforma eleitoral prometeu abrir o garimpo da Serra de Traíra a "todos os brasileiros". Recusou assumir o compromisso de apoiar a demarcação do território tribal e se dispõe a assentar colonos na área de jurisdição do município que compreende as terras, ainda não demarcadas, dos índios do alto rio Negro.

O apelo à FUNAI e às demais autoridades federais para que seja respeitado seu direito constitucional à terra que habitam tem sido infrutífero. Em função disso, a inquietação, ao longo do rio Tiquiê, é constante. Todos estão alertas para interceptar a invasão de garimpeiros-peões. E reclamam, com veemência, a posse da terra e das riquezas do subsolo.

Todos os índios estão conscientes de que esta é a sua oportunidade de sair da estagnação. Sabem, por outro lado, que só poderão explorar o ouro de superfície. O das camadas mais profundas terá de ser extraído com maquinária e técnicas sofisticadas que são as grandes mineradoras dominam.

Quanto durará o novo ciclo extrativista? De que forma poderão os índios tirar proveito dessa perspectiva de produção de riqueza jamais experimentada anteriormente?

O grande perigo é que os índios adquiram a mentalidade do faiscador profissional que eles próprios reprovam. São inúmeros os casos que contam de garimpeiros que gastam numa noite o produto do trabalho de um mês, deixando um pequeno saldo para comprar rancho e recomeçar tudo de novo.

Um indício positivo é que, não obstante a febre da mineração, ninguém deixou de abrir roças em 1985. Todos sabem que o rio quase não tem peixe e a mata não tem caça. Se deixarem de produzir mandioca ficarão à mingua.

O que não se sabe, ainda, é qual a saída para os quase 12 mil índios do alto rio Negro. As terras não estão demarcadas. A antiga economia de subsistência funciona precariamente. O contato com o branco e com a zona franca de Manaus criou necessidades de consumo que são também símbolos de status: casas de alvenaria cobertas de zinco; motores de popa; rádios possantes com toca-cassetes; gravadoras; bicicletas, relógios.

óculos escuros, roupas e calçados, produtos de toucador, etc. etc. Sabem que, exceto a exploração do ouro, o modo de satisfazer essas necessidades novas é engajarem-se na economia local. Esta, no entanto, é igualmente precária, com alto índice de desemprego.

A educação missionária, que os índios muito apreciam, conduziu a distorções como toda a educação formal brasileira. É uma educação que não valoriza a cultura regional ou tribal. Ao contrário, desconhece sua história e só oferece conhecimentos estranhos que despersonalizam e desadaptam o índio - tal como o caboclo - para a vida que terão de levar na aldeia ou no sítio. É uma educação que instiga ao individualismo, provoca necessidades e faz surgir esperanças que dificilmente poderão ser satisfeitas. Educação que acelera e intensifica o processo de dependência econômica e cultural dessas minorias étnicas. Educação que induz à resignação, à submissão e à falta de iniciativa.

Por tudo isso é necessário, antes de mais nada, reeducar o branco que convive com o índio, seja ele funcionário da FUNAI, missionário, regatão ou autoridade local. Incutir-lhe respeito pela cultura tribal e despojá-lo de atitudes paternalistas ou colonialistas em relação ao índio.

Este é o grande desafio que se apresenta à nova geração alfabetizada e politizada de líderes indígenas do alto rio Negro. É um desafio também para a Missão Salesiana que tanto poder tem na região, para que reveja, criticamente sua atuação. Ou seja, incentivando a população indígena a alcançar, por sua própria dinâmica, uma organização sócio-política tendente a conciliar a inevitável inserção na comunidade mais abrangente, com a manutenção da singularidade de cada micro-etnia. Isto é, aceitando uma pluralidade cultural que só enriquece a nação brasileira.

6. O projeto Calha Norte

Os propósitos explícitos, filtrados pela imprensa, do Projeto Calha Norte, formulado por um grupo interministerial em junho de 1985, são, resumidamente:

- 1) fortalecer as expressões do Poder Nacional nas fronteiras desguarnecidas do norte do país, com o incremento da colonização e o estabelecimento de infra-estrutura viária, energética e de telecomunicações, de modo a tornar realidade o binômio segurança/desenvolvimento;
- 2) ampliar e fortalecer a rede consular tendo em vista ampliar relações bilaterais com os países vizinhos;
- 3) inibir o trânsito ilegal de estrangeiros, o narcotráfico e a evasão de riquezas, principalmente minerais, incentivando fluxos migratórios a determinados polos de desenvolvimento.

Para isso, estabelecer-se-iam batalhões militares nos pontos sensíveis da faixa de fronteira, apoiados numa rede de campos de aviação,

portos fluviais, de modo a propiciar o desenvolvimento econômico da área, através da colonização, sem descuidar dos setores de saúde e educação.

Esse projeto pareceria altamente meritório não fosse a presença indígena na área de fronteira e a fragilidade do ecossistema do alto rio Negro (ver:Hill & Moran 1983). Embora não explicitamente, a ocupação indígena é tida como um impecilho a ser contornado pela reformulação da política indigenista. Ou seja, a revisão da garantia assegurada por todas as constituições, desde 1934, de posse e usufruto, pelas populações indígenas, das terras que ocupam secularmente. Subentende-se que as populações indígenas são economicamente improdutivas, do ponto de vista nacional, e que sua presença impede a apropriação de recursos naturais que possibilitariam o desenvolvimento pleno da região. Aqui não se leva em conta as calamidades ecológicas que acompanham a ocupação irracional e predatória da Amazônia, ao longo das últimas décadas.

Fica implícito, por igual, que os grupos indígenas são minorias étnicas, geográfica e culturalmente marginalizadas, que devem ser preparadas para uma integração na sociedade nacional, uma vez que, suas culturas, defasadas no tempo, estão fadadas a desaparecer. Dentro dessa ótica, não se coloca a necessidade de diálogo com essas populações, nem uma investigação sobre sua adaptação ecológica ao habitat em que vivem. Infere-se, inclusive, que elas não são verdadeiramente brasileiras, devendo a orla fronteira ser ocupada por contingentes humanos vindos de outras regiões, mais habilitados a manter a soberania nacional incólume.

Não resta dúvida, como enfatiza Manuela Carneiro da Cunha, em recente artigo sobre o Projeto Calha Norte, que

"O Exército tem o dever de guardar as fronteiras do país. Mas tem o dever também de honrar suas tradições e de não pagar a confiança dos índios com uma iníqua espoliação dos territórios que lhes restam" (Folha de São Paulo, 24.11.1986).

Vem de longa data a preocupação com o aumento da presença militar ou a "nacionalização" da vasta faixa da fronteira norte do Brasil. Em 1954, durante o governo Kubitschek, ao ser criada a SPEVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) dirigida pelo historiador amazonense Arthur Cêzar Ferreira Reis, cogitou-se da instalação de Colônias Militares de Fronteira. Naquela ocasião, o Serviço de Proteção aos Índios, acolhendo parecer do então Chefe da Secção de Estudos e Diretor do Museu do Índio, Darcy Ribeiro, recomendou a instalação de "Postos de nacionalização e vigilância" administrados pelo SPI.

"Estes postos teriam por base um centro de assistência social aos índios, um campo de pouso para aviões que, uma vez instalados, seriam incluídos na rota dos aviões do C.A.N., constituindo uma linha regular da F.A.B. para os postos do Serviço de Proteção aos Índios. Seriam dotados, ainda, de estações rádio-telegráficas que se comunicariam diariamente com as estações co-

letoras mantidas pelo S.P.I. em Belém e em Manaus.

Além das funções essenciais de assistência, nacionalização e de vigilância, estes núcleos serviriam como bases para a penetração nas regiões fronteiriças pelas expedições científicas recomendadas pela SPEVEA" (D. Ribeiro 1954ms.).

O mesmo documento previa que:

"O programa de trabalhos aqui apresentado deverá ser posto em execução por etapas cuidadosamente planejadas e criteriosamente controladas em seus efeitos práticos. Sua realização somente será possível se se contar com recursos financeiros suficientes para custeá-lo, com pessoal cientificamente qualificado para dirigi-lo, autoridade descentralizadora e independente de interferência política e continuidade de propósitos" (idem).

Levou-se em conta, na ocasião, que somente as populações indígenas, que vivem na região desde tempos imemoriais, têm condições de adaptação à área; para qualquer outro grupo humano essa adaptação seria extremamente difícil; a implantação de núcleos forâneos implicaria em alto custo financeiro e social; e, sobretudo, que essa colonização acarretaria conflitos com danos incalculáveis para ambas as partes.

O traslado de pessoas de outras partes do país, como prevê o Projeto Calha Norte, só pode conduzir a experiências frustrantes, do ponto de vista humano e econômico, e à malversação de recursos, como ocorreu na implantação de agrovilas na Transamazônica. Ou o abandono de inúmeros postos criados pelo SPI para atender grupos indígenas. Um exemplo, na área do alto rio Negro, são os postos Melo Franco e Querari, na fronteira com a Colômbia, desativados há mais de 30 anos, pela dificuldade de fixar naqueles ermos pessoal realmente qualificado. Nos nossos dias, a disponibilidade de índios letrados nessa região poderia suprir a lacuna.

Argumento histórico é oferecido por Manuela Carneiro da Cunha, no referido artigo, ao invocar as conquistas territoriais advintas justamente da ocupação indígena de áreas de fronteira:

"Para garantir a Portugal o maior território possível na Amazônia, à época do Tratado de Madrid, o Marquês de Pomal mandava que se promovessem aldeamentos de índios nos limites das capitânicas. Foi um uso dos índios como ponta de lança que os dizimou e que, além de anacrônico, não é certamente recomendável. Mas não é menos verdade que, como afirmaria Joaquim Nabuco, 'os gentios foram as muralhas do sertão'. Os descendentes dos Makuxi, Wapitxãna e Taulipang, de quem Joaquim Nabuco se valeu para conseguir em 1904 boa parte de um território reivindicado pela Inglaterra, estão hoje vendo suas áreas serem retalhadas" (op. cit.).

Um segundo exemplo, da mesma natureza, é oferecido pelos índios Kadiwêu. No século XVIII, vários grupos indígenas pertencentes à família lingüística Guaikuru - à qual se filiam os Kadiwêu - aliaram-se à coroa portuguesa nas escaramuças travadas com os colonos espanhóis pela posse de enormes extensões territoriais. Todo o sul de Mato Grosso foi anexado ao Brasil, e não às nações emergentes da colonização espanhola, devido a essa aliança. Mais tarde, os Kadiwêu participaram ativamente ao

lado do Brasil na guerra do Paraguai. Em compensação, receberam de D. Pedro II a reserva, infelizmente invadida, que hoje lhes pertence.

Quanto aos efeitos que o Projeto Calha Norte poderá vir a ter sobre os grupos indígenas do rio Tiquié, antevejo as seguintes hipóteses:

- 1) a hipótese utópica: uma radicalização contra-aculturativa que anularia a influência de líderes colaboracionistas, isto é, favoráveis a concessões que beneficiariam a eles próprios e a poucos mais. Essa radicalização poderia redundar na migração das tribos à Colômbia, onde encontrariam condições mais favoráveis ao auto-discernimento. Caso se fizesse uma espécie de "plebiscito", essa hipótese poderia sair vitoriosa. Mas a comunidade indígena acaba elegendo, como seus representantes, índios mais aculturados, porque têm maior facilidade de diálogo com o branco. E a FUNAI endossa e estimula essa escolha.
- 2) a hipótese realista: uma solução de compromisso, segundo a qual os índios aceitariam o desmembramento do seu território - a eliminação de 60 km ao longo da fronteira, como preconiza o Projeto Calha Norte com a condição de que o restante da área fosse demarcado. E, ainda, assegurada aos índios a exploração do ouro de parte da jazida da Serra de Traíra, onde já se encontram, reivindicando, ao mesmo tempo, díizimos da exploração que vem sendo feita pela Mineradora Paranapanema

Qualquer das duas hipóteses me parece prejudicial aos interesses indígenas. A solução seria, a meu ver:

- 1) resolver urgentemente o problema da mineração, que já causou tantos conflitos e mortes, de acordo com as opções dos índios;
- 2) demarcar as terras indígenas do rio Tiquié, como parte integrante de toda a área do alto rio Negro. (*) Proposta neste sentido foi por mim encaminhada ^{à FUNAI} em 1978, a pedido das lideranças indígenas da antiga UFA;
- 3) reativar os postos Querari e Melo Franco, segundo a proposta feita pelo SPI, em 1954, acima transcrita. Isso obstaría a entrada de colonos, desastrosa para a integridade física dos índios e atentatória à legislação vigente. Dessa forma, os próprios índios do noroeste amazônico se beneficiariam da infra-estrutura que se pretende criar para a vigilância da faixa de fronteira.

No caso do alto rio Negro, não houve, até agora, nenhuma "redefinição" da política indigenista, como prevê o Projeto Calha Norte. A FUNAI está praticamente ausente da área. Há mais de 250 anos, sucedem-se mis-

(*) "A população indígena do alto rio Negro vem, há muito tempo, insistindo junto à FUNAI para que o território seja demarcado. Em Janeiro de 1985, em Taracuá, as lideranças reunidas propuseram a criação de uma área única. Atendendo à reivindicação, o Grupo de Trabalho constituído pela Portaria nº 1892/E, de 19.6.1985, acolheu a proposta de área única (Memorial descritivo de delimitação de 6.9.85), encaminhou-o à Presidência da FUNAI, juntamente com outras propostas e sugestões. É necessário a urgente demarcação final da área indígena, conforme proposta dos índios" (Estudos da CNBB 1986:60).

sões religiosas que, segundo seu etnocentrismo e dogmatismo religioso, assistem, positiva ou negativamente, as populações nativas. O grau de aculturação e escolarização alcançado recomenda o aproveitamento dos próprios índios nas tarefas que se fariam necessárias para a implantação dos Postos de vigilância da ^{FUNAI} fronteira. Ela deveria ser precedida, no entanto, de estudos científicos por parte de especialistas, que assegurassem um rendimento para mais além da subsistência. Condição sine qua non para que obtenha êxito é respeitar o saber acumulado pelas populações indígenas sobre seu ecossistema. Suas técnicas de manejo da floresta tropical úmida devem ser o ponto de partida a qualquer projeto de ocupação da terra firme no alto rio Negro, a fim de evitar um desastre ecológico.

É fácil prever o que restará do surto de prosperidade relativa proporcionado pela descoberta do ouro. Uma de suas conseqüências mais nefastas será, certamente, a adesão a hábitos de consumo que não poderão ser satisfeitos com os recursos tradicionais da economia indígena. E nem mesmo com a expansão da atividade artesanal para o comércio, prevista pelo Projeto Calha Norte. Como ocorreu por toda a parte, a exploração do ouro terá curta duração. E não fará germinar riquezas mais duráveis: plantios permanentes, etc. O processo histórico tem demonstrado que, cada vez que se encontra uma fonte de riqueza em território indígena, sua população, ao invés de beneficiar-se, vem a ser a principal vítima.

Um dos aspectos do Projeto Calha Norte que caberia examinar é o que diz respeito ao fomento do artesanato como forma de valorizar as culturas indígenas e criar uma fonte de ingressos. A nova administração da FUNAI tem dado ênfase ao incentivo do artesanato, conforme se lê em suas publicações (ver ref. bibl.). Fui das primeiras a escrever a respeito (cf. B.G. Ribeiro 1977, 1981, 1983), apontando suas vantagens e percalços. Não resta dúvida que as expressões materiais da cultura são símbolos visíveis de identidade étnica e o amparo à produção artesanal para fora contribui para que as novas gerações preservem a cultura ancestral. Entretanto, está mais do que provado, entre outros, com o caso do alto rio Negro, que a venda de artesanato, nas condições em que se processa, é insuficiente para suprir as necessidades de bens industriais. Tanto assim que ela foi praticamente eliminada no rio Tiquié devido à descoberta do ouro.

Outro problema a ser encarado - e resolvido pelos próprios índios - admitindo-se a criação de Postos de vigilância da fronteira, é a junção de membros de várias comunidades numa única unidade produtiva. A experiência do assentamento junto ao garimpo de ouro, em que se formaram roças coletivas e outras práticas de trabalho solidário é um bom augúrio. As comunidades multi-tribais que se estabelecem junto à Missão Salesiana é outro. Entretanto, não se pode esperar que, de uma hora para outra, comunidades afeitas a atividades de subsistência possam ser engajadas em empreendimentos com economia de escala, que exigem aumento de produtividade e aplicação de tecnologia antes desconhecida. Isso se aplica, a meu

ver, tanto a índios quanto a caboclos amazônicos.

Por outro lado, não se pode perder de vista a escassês de proteína animal no alto rio Negro. E a circunstância de que a concentração populacional e o desmatamento das margens dos rios, acarretaria a rápida exaustão da fauna aquática. E, sobretudo, a inviabilidade de criação de gado em terra firme da região.

Finalmente, cabe comentar outro argumento que presidiu a formulação do Projeto Calha Norte: a evasão de minérios por contrabando na fronteira. É público e notório o desvio de ouro na região. Mas ele não ocorre, certamente, através da fronteira deserta. Apenas um exemplo. Em janeiro de 1986, retornei do rio Tiquiê na companhia de um índio que trazia 38 gramas de ouro para vender em Manaus. Junto à sua aldeia poderia fazê-lo a 100 cruzados a grama. A mesma importância lhe foi oferecida pela Caixa Econômica. Mas na própria Caixa lhe foi indicado um "comprador" que pagaria 165 cruzados a grama e que acabou ficando com o ouro. Segundo a deputada do PFL, Raquel Cândido, em 1986, saíram 15 toneladas de ouro de Rondônia, mas apenas 300 kgs foram legalmente taxados (ver: Jornal do Brasil, 15.2.1987). Não será certamente a implementação de batalhões de fronteira que obstará essa sangria de riquezas.

Para concluir, diria, como Manuela Carneiro da Cunha:

"O Exército brasileiro goza de um crédito de confiança importante com os índios: não só devido à figura de Rondon, mas por ter sido, em algumas ocasiões, a única instância capaz de demarcar áreas conflitadas e por ter expulso bandoleiros como os que, em janeiro de 1985, vestidos com fardas militares e sob o comando de José Altino Machado, invadiram Surucucus, em plena área Yanomâmi" (op.cit.

Os índios que conheci no alto rio Negro têm o maior apreço pelos aviadores da FAB que salvam vidas com o transporte de doentes para operações de urgência em São Gabriel ou Manaus. Os campos de aviação, já espalhados pela área, e os vôos regulares prestam serviços inestimáveis aos índios. É de se esperar que o Projeto Calha Norte venha a ser reformulado para não empanar a confiança que os índios depositam nas Forças Armadas. Só assim evitaremos o dispêndio de recursos humanos e materiais escassos. E daremos provas de bom senso e patriotismo, nacionalizando a faixa de fronteira com os seus mais antigos habitantes.

Referências bibliográficas

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

1986 Os povos indígenas e a Nova República. Col. Estudos da CNBB nº 43. S. Paulo, Ed. Paulinas, 125 p.

Cunha, Manuela Carneiro da

1986 Calha Norte. Folha de São Paulo, 24-11-1986.

FUNAI

1986 Artesanato tem impulso. Jornal da FUNAI, Ano I nº 3, outubro.

Hill, J. & E. Moran

1983 Adaptive strategies of Wakuénai peoples to the oligotrophic rain forest of the rio Negro basin. In: R.B. Hames & W.T. Wickers (eds.) Adaptive responses of native Amazonians, p. 113-135, N.York, Academic Press.

Ribeiro, Berta G.

1977 O artesanato indígena como bem comerciável. Ensaio de Opinião 5:68-77. Rio de Janeiro.

1980 Os índios das águas pretas. Introdução a: Antes o mundo não existia, de Umúsin Panlôn Kumu & Tolamã Kenhíri, p. 7-48, São Paulo, Liv. Ed. Cultura.

1983 Artesanato indígena: para que, para quem? In: Vários autores, O artesanato tradicional e o seu lugar na sociedade contemporânea, p. 11-48, Rio de Janeiro, FUNARTE/MEC.

Ribeiro, Darcy

1954ms Ofício ao: Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA). 19 p. datil. Arquivos do SPI.

POVOADOS DO RIO TIQUIÉ E AFLUENTES
ASSISTIDOS PELA MISSÃO SALESIANA DE
PARI-CACHOEIRA (*)

RIO TIQUIÉ (m.e. = margem esquerda; m.d. = margem direita)

Designação em português	Nº de casas	População	T r i b o
1. Pirara	5 casas, capela	58	Tukâno, Desâna
2. Cunuri (m. d.)	14 casas, capela, escola	107	Tukâno, Desâna
3. Iraití (m.d.)	5 casas, capela	35	Miriti-tapuia e uma família Desâna
4. Piraíba poço (m.e.)	5 casas		Miriti-tapuia
São Tomé	---	16	?
5. Boca da estrada (m.d.)	6 casas	52	Tukâno, Desâna
6. Barreira (m.d.)	13 casas, escola capela	27	Tukâno, Maku
7. São Luís (m.d.)	5 casas, capela escola	34	Desâna
8. Floresta (m.e.)	4 casas	28	Desâna
9. São José (m.e.)	8 casas, capela escola	48	Tukâno
Cucura		31	?
10. Sta. Luzía (m.d.)	3 casas, capela	24	Tukâno
11. S. Francisco (m.d.)	4 casas, capela clube	12	Tukâno
12. Maracajá (m.e.)	5 casas, capela	36	Tukâno
13. Sto. Antônio (m.d.)	9 casas, capela clube	42	Desâna
14. São João (m.e.)	10 casas, escola, capela, clube	61 (**)	Desâna
15. Bela Vista (m.d.)	18 casas, capela, escola, clube	156	Tukâno, Tuyúka, Bará
16. MISSÃO SALESIANA PARI-CACHOEIRA (m.e. e m.d.)	31 casas, sede da paróquia	244	Tukâno, Desâna, Tuyúka
Assunção	---		?
17. São Domingos (m.e.)	6 casas, capela, escola	53	Tukâno
18. Jabuti (m.e.)	4 casas	15	Tukâno
19. São Paulo (m.e.)	10 casas, capela, escola, clube	55	Tukâno, Tuyúka
20. Igarapê Casca de Mandioca	3 casas	12	Maku
21. Sta. Rosa (m.e.)	3 casas	23	Tukâno
22. Igarapê (boca) do sal (m. e.)	4 casas	32	Tukâno
23. Caruru	3 casas	20	Tukâno

(*) Os nomes dos povoados (ou aldeias), número de casas, existência de capela, escola ou clube para a realização de festas e trabalho artesanal foram fornecidos pelos meus informantes Desâna de São João. Os nomes de povoados não numerados, que não figuram no mapa, e o montante populacional foram fornecidos pela Missão Salesiana e referem-se a 1984.
(**) População em 1986 rescenseada pela autora: 73 índios.

Designação em português dos povoados	nº de casas	população	T r i b o
24. Traíra (m.e.)	3 casas	12	Tuyúka
25. São Pedro (m.e.)	7 casas, capela escola	70	Tuyúka
26. Puniyá	6 casas, capela, clube	32	Tuyúka
27. Fronteira	10 casas, capela, escola	46	Tuyúka

POVOADOS NAS AFLUENTES DO RIO TIQUIÉ (da foz para as cabeceiras):

Igarapé Castanho (m.e. r. Tiquié, entre os povoados São Luiz e Floresta:)

28. Fátima (m.e.)	3 casas	13	Desâna
29. Inspetoria (na boca do Ig. Anta)	3 casas	32	Tukâno
30. Duhtura	2 casas	14	Desâna
31. São Joaquim (ou Peneira)	9 casas, escola	58	Maku
32. Tabatinga	5 casas	10	Tukâno, Tuyúka
33. Ninho de abelha	4 casas	19	Yepá mahsá
34. Coivara	3 casas	25	Tuyúka
Sítio do Américo	-----	25	?
Sítio do Emiliano	-----		

Igarapé Umari (m.d. rio Tiquié, entre os povoados de São João e Bela Vista:)

Raiz Cachoeira (?)	-----	17	?
35. Jandu (m.e.)	5 casas	51	Tukâno
36. São Sebastião	5 casas, capela	66	Desâna
36. Sta. Marta	2 casas	11	Desâna
37. Urubu lago (m.e.)	4 casas	30	Desâna
38. Tocandira (m.d.)	6 casas, escola, capela	44	Desâna
39. Piracema (m.d.)	7 casas, capela	31	Desâna
Sítio do Lourenço	-----	13	?
Sítio do Joaquim	-----	12	?

Igarapé Onça (m.e. r. Tiquié, entre as povoações São Domingos e Jabuti:)

40. Onça igarapé	6 casas	?	Tuyúka
------------------	---------	---	--------

Igarapé Cabari (m.d. r. Tiquié, entre os povoados São Domingos e Jabuti:)

41. Coração de Maria	?	31	Tuyúka
42. Mercês	?	34	Tuyúka

Igarapé Açai (m.e. r. Tiquié, entre os povoados São Pedro e Fronteira:)

43. Açai	?	15	Yepá mahsá
----------	---	----	------------

POVOAÇÕES MAKÚ FALTANTES: (informação dos Desâna e da Missão Salesiana:)

Igarapé cucura (m.d. rio Tiquiê, entre Sta. Luzia e S. Francisco:)

44. Nova Fundação	45 casas (?)	121	Makú
45. Cucura de S.João	4 casas (?)	21	Makú

57. Embaúba	2 casas (?)	23	Makú
. (em frente de S.José)			
58. Sto. Antônio			
(Igarapé Cabari) 2 casas (?)		?	Makú
59. Umari Norte	?	51	Makú
(perto Cachoeira Comprida)			

(informação da Missão Salesiana)

Taracuã igarapé	98
Boca da estrada	21
Barreira	59
Jujura	21
Bahsiã	23
Maikú	10
Anta igarapé	32
Sta. Marta	28
Cabari I	22
Cabari II	42
Boca do sal	11
Jabuti	10
? igarapé	20
Duhtúra	8
Tabatinga	16
Samaúma	<u>12</u>

	Grupos de língua tukâno	Maku	População total
1984	1858	710	2.568
1985			2.584

1984	Alunos da Missão Pari-Cachoeira	Alunos escolinhas das aldeias	
	226	426	
	Crianças fase pré-escolar		
	553		